



## PROMOEX AVANÇA NO TCE/MS

O TCE/MS e mais sete Estados são, até agora, os únicos habilitados a receber do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o restante dos recursos previstos na 1ª etapa do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX. Com isso, o TCE/MS se habilita a receber mais R\$ 1,2 milhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Pag. 4**



Encontro reuniu mais de 80 participantes de todo país

**Tribunal completa 29 anos**

**Pag. 8**

## ESCOEX começa a ser implantada



Fachada da futura sede da Escola Superior de Controle Externo

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza, deu início ao processo de licitação para construção do prédio da Escola Superior de Controle Externo (Escoex) com a assinatura, no início de fevereiro, de Termo de Cooperação Técnica com a Agência Estadual de Gestão e Empreendimento (Agesul) e com a publicação de portaria que constitui a Comissão Especial de Licitação, integrada por representantes da Agesul e do TCE/MS, Márcio Lolli Ghetti. **Pag. 3**

### Auditoria Operacional

A Auditoria de Desempenho Operacional sobre o Projeto Especial da Formação Continuada de Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovida pelo TCE/MS, cumpre mais uma importante etapa com o recebimento da resposta ao relatório encaminhado pelo Tribunal à Secretaria Estadual de Educação (SED). **Pag. 3**

**Decisão em destaque:  
Verbas indenizatórias**

**Pag. 7**

**Programa de modernização já cumpriu várias etapas**

**Pag. 6**

## Palavra do Presidente

**E**ncerramos o ano de 2008 com importantes conquistas que hoje consolidam e pavimentam nosso caminho para o futuro. Iniciamos o ano de 2009 tendo à frente grandes desafios que serão superados com a experiência acumulada nestes 29 anos de existência do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Nos últimos dois anos, promovemos a capacitação de 346 servidores, realizando 579 treinamentos em diversas áreas, o que significa o atendimento de 65% de nosso quadro de pessoal. Entre as qualificações que desenvolvemos cabe destacar o Programa de Capacitação do Controle Externo, com um total de 800 horas-aula, onde 180 técnicos participaram dos cursos de contabilidade pública, auditoria governamental, finanças públicas, direito administrativo e direito constitucional.

Adquirimos nesse período 200 novos micro-computadores, o que representa um incremento de 68% em relação aos 295 computadores dos quais dispúnhamos e que, em sua maioria, estavam obsoletos. Investimos também na aquisição de sete servidores de banco de dados, impressoras, leitora digital e outros periféricos.

Juntamente com a aquisição de computadores mais modernos, implantamos diversos sistemas informatizados e automatizados, entre eles o LRF Transparência, que permite às prefeituras municipais a remessa, por meio eletrônico, de dados contábeis e informações exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo segurança, uniformidade e agilidade. Criamos, no final do ano passado, o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Gestão, que está sendo implantado sob a orientação da Fundação Getúlio Vargas e que irá nos auxiliar a implantar o Tribunal de Contas que todos queremos: mais profissional, ágil, moderno e transparente.

O exercício de 2009 inicia com a concretização de uma das maiores e mais importantes reivindicações de nossos servidores, que é a regulamentação e o início da construção do prédio da Fundação Escola Superior do Controle Externo, a Escoex. Através da Escoex vamos nos capacitar para cada vez mais cumprirmos a nossa missão principal que é garantir a correta aplicação do dinheiro público.

Todas essas ações, e as demais que irão acontecer, devem e merecem ser divulgadas. Por isso, estamos lançando este boletim informativo que vai servir como nosso veículo de comunicação interna e também de comunicação com a sociedade. Este é mais um passo na direção do Tribunal de Contas operante e transparente que estamos, juntos, construindo.

Conselheiro Cícero Antônio de Souza  
Presidente do TCE/MS



## Notas

### Entrega da lista



O governador André Puccinelli recebeu a lista com os nomes dos dois candidatos indicados pelo TCE/MS à vaga de conselheiro. A lista com os nomes dos auditores Iran Coelho das Neves e Joaquim Martins de Araújo Filho foi entregue durante visita do presidente do Tribunal, Cícero Antonio de Souza, acompanhado pelos conselheiros Osmar Ferreira Dutra (Corregedor), Augusto Maurício da Cunha e Menezes Wanderley, José Ancelmo dos Santos e José Ricardo Pereira Cabral.

O governador informou que aguardará parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MS) antes de tomar a decisão. Puccinelli afiançou que deve indicar o escolhido e enviar o nome à Assembléia Legislativa.

### Balanço 2008

De janeiro a dezembro de 2008, o TCE/MS julgou 6.880 processos nas Câmaras e Pleno. De acordo com o relatório de atividades da Secretaria das Sessões, a média de processos julgados para cada um dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado foi de 982.

Os conselheiros ainda elaboraram, no período, 3.155 decisões através das 1ª e 2ª Câmaras e do Pleno. Já as decisões singulares, elaboradas pelos seis conselheiros que compõem o Pleno, totalizaram 4.853.



#### EXPEDIENTE

#### CORPO DELIBERATIVO

##### Presidente

Cícero Antônio de Souza

##### Vice-Presidente

Paulo Roberto Capiberibe Saldanha

##### Corregedor-Geral

Osmar Ferreira Dutra

##### Conselheiros

Augusto Maurício da Cunha e Menezes

Wanderley

José Ancelmo dos Santos

José Ricardo Pereira Cabral

#### CORPO ESPECIAL – AUDITORIA

##### Auditores

Iran Coelho das Neves

Joaquim Martins de Araújo Filho

#### MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

##### Procurador-Chefe

Manfredo Alves Correa

##### Procurador-Chefe-Adjunto

Terto de Moraes Valente

##### Subprocuradores

José Aêdo Camilo

Ronaldo Chadid

##### Procurador

João Antônio de Oliveira Martins Filho

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

##### Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Flávio Teixeira (DRT/MS 15)

##### Assessor de Imprensa

Luiz Afonso Junot Morisson (DRT/MS 99)

##### Jornalista

Débora Charro (DRT/MS 194)

##### Fotógrafo

Roberto Alves de Araújo (DRT/MS 140)

##### Produção Editorial

Fabianne Rezek

Roberto Manvailer Munhoz

Site: [www.tce.ms.gov.br](http://www.tce.ms.gov.br)

e-mail: [comunicacao@tce.ms.gov.br](mailto:comunicacao@tce.ms.gov.br)

# ESCOEX começa a se tornar realidade

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza, deu início ao processo de licitação para construção do prédio da Escola Superior de Controle Externo (Escoex) com a assinatura, no início de fevereiro, de Termo de Cooperação Técnica com a Agência Estadual de Gestão e Empreendimento (Agesul) e com a publicação de portaria que constitui a Comissão Especial de Licitação, integrada por representantes da Agesul e do TCE/MS, Márcio Lolli Ghetti.

De acordo com o Termo de Cooperação caberá à Agesul elaborar e executar todo o procedimento licitatório adequado para a execução da obra, mediante processo licitatório público.

O TCE/MS, por sua vez, irá supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução das obras e instalações contratadas.

Segundo o conselheiro Cícero de Souza, "a larga experiência da Agesul na realização de licitações de obra de grande porte trará mais segurança, rapidez e transparência na contratação deste empreendimento que representa a concretização de um sonho de todos os servidores do TCE/MS".

O prédio da Escoex terá área construída de 1.005,94m<sup>2</sup>, com a previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,7 milhão de recursos próprios



O prédio terá área de 1.005,94 m<sup>2</sup>, com investimentos da ordem de R\$ 1,7 milhão

do TCE/MS. O projeto arquitetônico foi elaborado pelas arquitetas Gabriela Pereira e Ana Maria Niemeyer, e o projeto estrutural pelo engenheiro Domingos Sahib Neto, todos servidores da Corte de Contas.

O prédio da Escoex será construído em anexo à sede do TCE/MS, no Parque dos Poderes, sem a necessidade de realização de desmatamento na área, que já se encontra urbanizada, e contará com estacionamento para 50 veículos. O piso inferior irá abrigar toda a parte administrativa da Escoex e contará com ampla área de recepção

para realização de eventos e coffee-break, biblioteca, sala de leitura e duas salas de reunião.

O piso superior contará com auditório com capacidade para 120 pessoas, duas salas de aulas, sendo uma com 25 lugares com carteiras fixas e outra com capacidade para 30 pessoas em carteiras móveis e, ainda, laboratório de informática com 25 lugares, para a realização de aulas práticas. Todas as salas contarão com sistema de projeção data-show e rede sem fio para conexão à Internet.

## Capacitação de servidores será prioridade

Com o objetivo de capacitar e promover o desenvolvimento profissional dos servidores e unidades jurisdicionadas, o TCE/MS atendeu uma antiga reivindicação do quadro de funcionários. O Projeto de Resolução Normativa, encaminhado pelo Conselheiro Presidente Cícero Antônio de Souza, cria e aprova o Estatuto para a instalação e funcionamento da Fundação Escola Superior de Controle Externo (Escoex).

A Escoex aplicará cursos de formação e aperfeiçoamento para os integrantes do quadro funcional do Tribunal e jurisdicionados. A Fundação terá competência de ministrar cursos com atividades de treinamento e desenvolvimento técnico nas áreas de atuação do Tribunal de Contas e da administração pública, bem como, promover e organizar ciclos de conferências, simpósios, seminários e palestras, desenvolver atividades de pesquisa, estudos e cursos de extensão. E ainda, promover cursos de especialização, em nível de pós-graduação (latu senso), mediante convênio celebrado com instituições de ensino superior.

Dentro do espaço físico também será criado o Comitê Descentralizado de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, responsável por realizar o levantamento de necessidades de treinamentos nas áreas de atuação, definindo as prioridades e, ainda, propor cronograma que viabilize as atividades da administração e de fiscalização.

O coordenador da Escoex, José Sebastião Espíndola, afirma que a Escoex proporcionará à instituição um corpo administrativo qualificado, dando oportunidade ao servidor e jurisdicionado de aprimorar o conhecimento, com o objetivo final de melhorar os serviços prestados.

Nos dias 26 e 27 de março, Espíndola participa do Encontro Nacional das Escolas dos Tribunais de Contas, em Palmas, no Tocantins. "Este é um dos eventos do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - PROMOEX que contribui e extrai informações, integrando as ações dos TC's de todo o país. Buscaremos informações e práticas em cima dos projetos, cursos e da experiência alheia", especifica o coordenador da Escoex.

O coordenador da Escoex, José Sebastião Espíndola, é advogado, especializado em direito público e mestrando em direito internacional público.



/// A Escoex privilegia a capacitação dos servidores e jurisdicionados, priorizando a docência de servidores para se especializarem, com o objetivo final de melhorar os serviços prestados pelo Tribunal. ///

# TCE/MS TEM MAIS R\$ 1,2

O TCE/MS e mais sete Estados são, até agora, os únicos habilitados a receber do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o restante dos recursos previstos na 1ª etapa do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX. Com isso, o TCE/MS se habilita a receber mais R\$ 1,2 milhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com o diretor de Administração e Finanças do TCE/MS, e coordenador da Unidade Executora Local do Promoex/MS, Alexandre Augusto Brandes, correspondência do secretário de gestão do Ministério, Marcelo Viana Estevão de Moraes, informa que o Tribunal está apto a receber novos recursos do Programa porque o Estado de Mato Grosso do Sul e o TCE/MS estão em dia com as suas obrigações e com as prestações de contas do Promoex.

Brandes explica que “caso o Governo do Estado apresentasse alguma pendência junto à esfera federal, o TCE/MS não poderia receber os recursos restantes da primeira parcela que deverão ser investidos até o final de 2010”. Ele informou ainda, que até agora o TCE/MS investiu cerca de R\$ 1,4 milhão, sendo a maior parte em capacitação de pessoal.

Segundo Brandes, o TCE/MS totalizou 800 horas-aulas dos cursos de contabilidade pública, auditoria governamental, finanças públicas, direito administrativo e direito constitucional com a entrega de 180 certificados a servidores. “No total promovemos a capacitação de 346 servidores, realizando 579 capacitações em diversas áreas, o que significa que capacitamos 65% de nosso quadro de pessoal”, analisa.

Na área de informática foram adquiridos 200 novos micro-computadores, o que representa um incremento de 68% em relação aos 295 computadores que o TCE/MS dispunha e que, em sua maioria, estavam obsoletos. “Investimos também na aquisição de sete servidores de banco de dados, impressoras, leitora digital e outros periféricos”, lembra. Juntamente com a aquisição de computadores mais modernos, foram implantados diversos sistemas informatizados e automatizados, entre eles o LRF Transparência.

Brandes disse também que entre as metas prioritárias do conselheiro presidente do TCE/MS, Cicero Antônio de Souza, estão a implantação e reformulação da Estrutura Organizacional do Tribunal e a elaboração de um sistema de gestão de pessoas dotado de um novo Plano de Cargos e Salários. Segundo ele, esses estudos estão sendo elaborados por uma comissão de Mo-



Integração dos Tribunais permitiu atualizar programa

denização e Gestão, nomeada pelo presidente, sob orientação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Balanco - A Diretora Nacional do Promoex, Heloísa Garcia Pinto, considerou altamente positivo o resultado alcançado nos três dias de reunião dos técnicos dos 33 Tribunais de Contas do Brasil, começando pelo elevado número de 80 participantes e a excelente organização do evento por parte do TCE/MS. “Além de providenciarmos a atualização dos projetos de 30 Cortes de Contas, também discutimos as dificuldades encontradas desde o início do Programa, em 2006, mas já solucionadas durante o Encontro”, afirmou.

Heloísa Pinto informou, ainda, que até agora, o Ministério do Planejamento repassou aos 33 Tribunais de Contas do País aproximadamente R\$ 17 milhões de um total de R\$ 68,2 milhões previstos, restando ser repassados R\$ 51,2 milhões. “Estamos pleiteando, junto ao Governo Federal, que os Tribunais de Contas não sejam impedidos do recebimento dos recursos do Promoex, em consequência de pendências dos seus Estados”, frisou.

## Organização e infraestrutura garantem sucesso do encontro de coordenadores

Coordenador da Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB) junto ao Promoex, Luiz Sergio Gadelha Vieira, conselheiro do TCM/CE, aproveitou o Encontro dos Coordenadores das Unidades Executoras Locais para conhecer mais sobre a cidade e cultura dos Sul-matogrossenses.

Gadelha deu ênfase à organização e infraestrutura do TCE/MS. “Este Encontro contou com a participação de quase todos os Tribunais de Contas do País e foi um sucesso, com muito trabalho e um pessoal dedicado ao Promoex. O que contribuiu para o sucesso deste evento foi a perfeita



Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira TCM/CE

organização e infraestrutura que o TCE de Mato Grosso do Sul possui”, destaca o conselheiro que espera trazer outros eventos nacionais para o Estado.

# 2 MILHÃO DO PROMOEEX



Patrícia Pagnussatti (GRF)

## Mudanças na contabilidade

As inovações na legislação sobre contabilidade pública, que irão alterar profundamente a Lei 4.320/64, foram apresentadas e debatidas por servidores do TCE/MS durante o Encontro de Coordenadores do Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex).

Patrícia Pagnussatti, que é integrante do Grupo Responsabilidade Fiscal (GRF), falou que as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público estão servindo de base para o projeto de lei que irá substituir a Lei 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O debate está sendo coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com a participação de diversos setores. Segundo Patrícia, a iniciativa privada terá até 2010 para se adequar às novas normas, e o setor público até 2012. "Neste momento, cabe aos Tribunais um importante papel de orientação e esclarecimento junto aos jurisdicionados", destaca.

## Tribunais têm até 2010 para cumprir metas

O Ministério do Planejamento reconheceu os atrasos na liberação de recursos para os Tribunais de Contas do Brasil e estendeu para o final de 2010 o prazo para cumprimento das metas estabelecidas pelo BID, referente à primeira etapa do Programa Nacional de Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex), que se encerraria em abril deste ano. A informação foi divulgada no mês de fevereiro, em Campo Grande (MS), pelo coordenador da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira, do TCM/CE, durante Encontro dos coordenadores das Unidades Executoras Locais, que reuniu 80 técnicos participantes das Cortes de Contas do País.

Segundo Gadelha Vieira, o Promoex é fruto da inteligência dos Tribunais de Contas do Brasil e que, até agora, resultou em avanços importantes, como o controle das contas públicas, conforme prevê a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), e maior transparência. Ele também citou como avanços o projeto de Lei Processual, que está em fase final para ser aprovado e adotado, que dará maior agilidade à análise dos processos, bem como a auditoria operacional em andamento na área da educação; o planejamento estratégico, gestão de pessoas, o Portal Nacional e Rede dos Tribunais, já implantados.

De acordo com Gadelha, os Tri-

bunais estão cumprindo com 30% a 33% da contrapartida exigida pelo Programa. Já a liberação dos recursos por parte do Governo Federal está em atraso devido principalmente à falta de comprovação da aplicação efetiva por parte dos Tribunais. Ele fez um apelo para que os Tribunais façam a prestação de contas para que sejam liberados mais recursos federais. O conselheiro do TCM do Ceará chamou a atenção dos participantes para que cumpram as metas estabelecidas nessa primeira etapa do Programa. Segundo Vieira, o desafio é a execução dos produtos locais em conformidade com a execução do Programa Nacional.

A diretora nacional do Promoex, Heloisa Garcia Pinto, durante o Encontro em Campo Grande (MS), também afirmou que o Programa ganhou uma importância maior no próprio Ministério do Planejamento e no Governo Federal. De acordo com ela, o Programa não sofreu qualquer corte nos recursos por parte do Governo e, ainda, conquistou maior divulgação na mídia e na própria agenda do governo. "Vamos ter que fazer em um ano e dez meses o que não fizemos em três anos", acrescentando que "as metas terão de ser cumpridas dentro do prazo estabelecido e, a partir dessa reunião em Campo Grande (MS), vamos ter de acelerar e aplicar os recursos de forma eficiente e eficaz", alertou.



Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira, presidente Cícero de Souza e Heloisa Garcia Pinto

## Programa de Modernização já cumpriu várias etapas

O Programa de Modernização da Gestão, criado pelo presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero de Souza, em outubro do ano passado, já cumpriu diversas etapas. O programa visa a execução de ações voltadas ao desenvolvimento e à operacionalização de modelos, e a aplicação de práticas gerenciais voltadas para a melhoria do seu desempenho institucional e organizacional.

O trabalho da consultoria está sendo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conjunto com a Comissão de Modernização e Gestão nomeada pelo presidente do TCE/MS, que já realizou três sessões de Planejamento Estratégico. O cronograma de trabalho é de um ano, sendo que os planos de treinamento e de trabalho já foram entregues, e o de gestão estratégica deve ser concluído até maio.

De acordo com o professor Newton Fleury, consultor da FGV e coordenador das reuniões, os objetivos estratégicos representam resultados a serem alcançados ou mantidos pela instituição, podendo extrapolar o horizonte do Plano Estratégico. Nas reuniões, os integrantes da Comissão elencaram as oportunidades e ameaças externas, assim como as forças e fraquezas internas que possam interferir nos objetivos estratégicos do TCE e apresentaram dezenas de sugestões de planos de ação.

A Comissão tem como atribuição inicial conduzir o processo de gestão estratégica e o desenvolvimento do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Instituição, bem como as ações subsequentes de mapeamento e

modelagem de processos de trabalho; concepção do modelo organizacional integrado idealizado; estudos relacionados à infra-estrutura de sistemas e tecnologia da informação; plano de treinamento e desenvolvimento de pessoas; concepção de sistema normativo-administrativo e revisão e consolidação dos instrumentos normativos existentes.

O presidente atribuiu ainda à Comissão a faculdade de apoiar as atividades do Projeto de Modernização, assim como tomar decisões de caráter operacional e propor diretrizes estratégicas para o fortalecimento e a modernização da gestão da Instituição, particularmente no tocante à atualização da gestão administrativa, integração estratégica do Tribunal de Contas com as demais esferas do Poder Público Estadual e Federal e, ainda, propor alterações e aprovar o Modelo Orga-

nizacional Integrado do Tribunal e as macro-atribuições correspondentes às unidades organizacionais de primeiro nível da estrutura de cada unidade.

São membros da Comissão: o Conselheiro Presidente Cícero Antonio de Souza; Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral; Luiz Carlos Areco, Assessor Jurídico da Presidência; Luiz Yoshiharu Yoshimura, Secretário Geral; Parajara Moraes Alves Junior, Diretor-Geral de Controle Externo; Nilton Leopoldino Rodrigues, Diretor de Recursos Humanos; Luis Manoel Moreira, Chefe da Assessoria de Informática; Alexandre Augusto Brandes, Diretor de Administração e Finanças; Sebastião Mariano Serrou, Diretor de Controle Externo; Carlos Alberto Correa de Souza, Diretor de Controle Externo; Flávio Teixeira, assessor de Comunicação e Faraó Vieira de Matos, Auditor de Controle Externo.



Reunião da Comissão de Modernização e Gestão

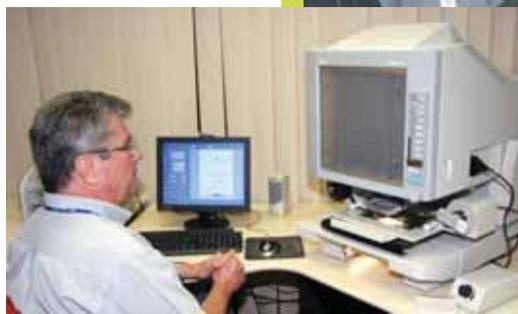
## Máquina digitalizadora assegura acervo

O processo de modernização vem avançando no TCE/MS com a implantação de novas máquinas, computadores e capacitação de profissionais. A aquisição e implantação de uma máquina digitalizadora de microfimes de última geração está recuperando as imagens de processos que transitaram em julgado e armazenando em microfimes no acervo do Tribunal.

O equipamento pode gerar um arquivo eletrônico, no formato PDF, o qual pode ser autenticado por meio de certificação digital. Como recurso adicional, esse arquivo pode ser utilizado para gerar conhecimento através de pesquisas no acervo, contribuindo ainda para a preservação da história do Tribunal.

O TCE/MS dispõe hoje de 33,3 milhões de páginas de documentos microfilmados que podem ser lidas, copiadas e digitalizadas. Nessa nova metodologia, isso representa um acervo digitalizado da ordem de 26.568 processos.

“Todos os processos que transitaram em julgado pelo TCE/MS estão armazenados nesta sala, inclusive o primeiro deles, datado de 1980 e que está arquivado em perfeitas condições de uso para cópia há 29 anos”, afirma o operador da máquina Adão Goulart Acosta.



“História dos processos está preservada”

# Auditoria Operacional avança

A Auditoria de Desempenho Operacional sobre o Projeto Especial da Formação Continuada de Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovida pelo TCE/MS, cumpre mais uma importante etapa com o recebimento da resposta ao relatório encaminhado pelo Tribunal à Secretaria Estadual de Educação (SED).



Equipe da Auditoria Operacional

A equipe de auditoria operacional do TCE/MS é composta pelos auditores de Controle Externo Ricardo Ferreira Arruda e Faraó Vieira de Matos, e as técnicas de Auditoria Externa Elenira Aparecida Ribeiro e Márcia Dolores de Oliveira Amorim (em treinamento). Eles iniciaram o trabalho da auditoria operacional contando com a participação de cinco técnicos da SED em diversas fases do trabalho.

O principal foco desse trabalho é a aferição dos resultados do projeto de formação continuada nos cursos ministrados. "A auditoria foi orientada no sentido de verificar os diagnósticos das necessidades pedagógicas dos professores, a percepção e identificação do projeto nos instrumentos de planejamento, a divulgação das capacitações e a estrutura administrativa da SED/MS para a formação", explica Ricardo Arruda, Coordenador da Unidade de Trabalho de Auditoria Operacional.

A realização de Auditoria de Desempenho Operacional representa atuação inédita do TCE/MS nessa modalidade de fiscalização. A auditoria operacional é considerada uma das ferramentas mais eficientes de controle social da função administrativa do Estado e faz parte das ações prioritárias do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

O estágio das auditorias operacionais que está sendo executado pela maioria dos Tribunais de Contas do País foi apresentado pelo coordenador Vivaldo Ribeiro, do Grupo Temático de Auditoria Operacional do Promoex, durante o Encontro dos Coordenadores

das Unidades Executoras Locais, realizado em fevereiro, no prédio do TCE/MS.

Em 24 de março, um evento técnico será realizado entre os membros do Grupo Temático e os técnicos participantes da auditoria-piloto, onde

**A auditoria operacional é considerada uma das ferramentas mais eficientes de controle social da função administrativa do Estado e faz parte das ações prioritárias do Promoex.**

serão apresentadas as principais conclusões dos trabalhos, incluindo feedback da absorção do aprendizado da metodologia auditorial.

Já no dia 27 de abril, um evento de âmbito nacional será realizado em Brasília, para apresentação dos resultados das auditorias com a participação dos Presidentes,

Conselheiros e Auditores dos TCs, Parlamentares, representantes dos Ministérios e Secretarias do Planejamento e Educação, Imprensa e Sociedade.

## DECISÃO EM DESTAQUE

### Verbas indenizatórias

O TCE/MS, em sessão do Pleno, decidiu por unanimidade de votos que, nos termos do parágrafo 11 do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o artigo 106 da Lei Complementar Federal nº 111/2005, as parcelas indenizatórias citadas em consulta formulada pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul não serão computadas para efeito dos limites remuneratórios dos Agentes Públicos de que trata o inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.

A decisão veio em resposta à consulta da Defensoria Pública do Estado de MS que formulou a seguinte indagação: com a implementação do sistema remuneratório de subsídios o pagamento das verbas indenizatórias, previstas em lei, se encontram incluídas ou excluídas do teto remuneratório, referentes a atuação do servidor em órgão distinto do de sua lotação, em razão de inexistência ou ausência do titular; atuação perante os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais e exercício de funções privativas da carreira, tais como: Defensor Público-Geral; Subdefensor Público-Geral, Corregedor-Geral e Subcorregedor-Geral.

De acordo com o relatório, voto do relator da matéria, conselheiro Augusto Maurício da Cunha e Menezes Wanderley, a emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, possibilitou o pagamento de verbas indenizatórias além do teto remuneratório, "restando cristalino que as parcelas indenizatórias indicadas na consulta são aquelas excluídas pela regra do parágrafo 11 do artigo 37 da Constituição Federal, ou seja, podem ser pagas além do limite remuneratório imposto pelo inciso XI do citado artigo".

## Criada Assessoria Militar

O TCE/MS criou recentemente a Assessoria Militar. O departamento é responsável por fazer a segurança da Corte de Contas e seus funcionários. No cargo de Assessor Militar, foi nomeado o Tenente Coronel José Augusto Castro Bernardes



Tenente Coronel José Augusto Castro Bernardes

e no cargo de ajudante de Ordem, Admilson Cristaldo Barbosa. Segundo o Cel. Castro, o primeiro passo é fazer um levantamento no quadro funcional de seguranças do Tribunal, que será apresentado a Presidência do TCE/MS.



Capitão Admilson Cristaldo Barbosa

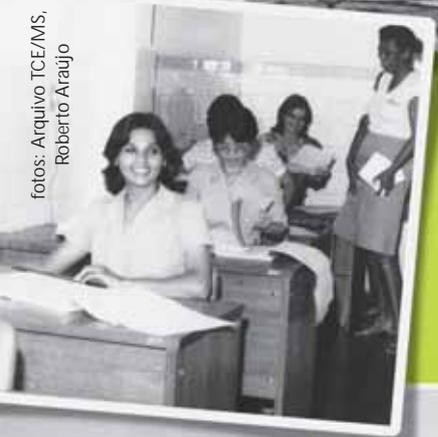
# COMPLETAMOS 29 ANOS!



A primeira sessão do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS) aconteceu em 28 de março de 1980, no Plenário das Deliberações da Assembléia Legislativa, localizada na rua Barão do Rio Branco, n.º 1.843, em frente à praça do Rádio Clube.

Na oportunidade, o conselheiro Edyl Pereira Ferraz foi eleito o primeiro Presidente da Corte de Contas, tendo como Vice-Presidente, o conselheiro Horácio Cersózimo de Souza, cujo mandato teve duração de um ano, tempo suficiente para que fosse criado o Regimento da Corte Fiscal, tarefa para a qual foram escolhidos.

Passados 29 anos, o TCE/MS comemora mais um aniversário em sua sede própria, cada vez mais sintonizado nos avanços da informática e se preparando para iniciar uma nova etapa de sua história com a construção do anexo que irá abrigar a Escoex, cuja ação principal será capacitar os servidores dessa Corte de Contas para que possam, cada vez, mais, cumprir com o seu papel de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos.



fotos: Arquivo TCE/MS,  
Roberto Araújo

